

Um inglês no Monte Fuji

A expedição político-científica de Rutherford Alcock em 1860

An English at Mount Fuji
The political-scientific expedition Rutherford Alcock in 1860

Emmanuel Reichert*

Resumo: O presente artigo toma como ponto de partida a expedição do diplomata inglês Rutherford Alcock ao monte Fuji, no centro do Japão, em 1860. Com base no relato publicado por Alcock, percebe-se que por trás da viagem havia uma mistura intrincada de interesses políticos, diplomáticos, culturais e científicos, cuja análise permite um melhor conhecimento da história do Japão, da Inglaterra vitoriana e de suas relações.

Palavras-chave: Japão, literatura de viagem, expedições científicas

Abstract: This article takes as its starting point English diplomat Rutherford Alcock's 1860 expedition to Mt. Fuji. Through a reading of Alcock's report, it can be seen that behind his trip lay a intricate combination of political, diplomatic, cultural and scientific interests, the analysis of which allows a better understanding of the history of Japan, Victorian Britain and their relations.

Keywords: Japan, travel writing, scientific expeditions

Em 13 de maio de 1861, os membros da Royal Geographical Society of London [Sociedade Geográfica Real de Londres] reuniram-se para a leitura de um artigo escrito por Rutherford Alcock (1809-1897), membro da sociedade e diplomata, na época servindo como ministro britânico no Japão. O texto relatava como, no ano anterior, Alcock superara as objeções das autoridades japonesas e empreendera uma jornada ao longo da Tôkaidô, principal estrada do país, rumo à montanha mais alta do Japão, o monte Fuji. Chegando ali, tornou-se o primeiro europeu a realizar a escalada, juntamente com os demais integrantes de seu grupo. Na volta, os viajantes fizeram um desvio para conhecer a cidade de Atami, célebre por suas águas termais. O artigo continha, além da descrição dos lugares vistos, comentários de Alcock sobre o Japão e seus habitantes, bem como uma lista pormenorizada das espécies vegetais encontradas ao longo do caminho. Feita a leitura e terminado o debate subsequente, a narrativa foi publicada nos dois periódicos da Sociedade: uma versão integral no *Journal of the Royal Geographical Society of London* e um resumo incluído nas atas na reunião divulgadas no *Proceedings of the Royal Geographical Society of London*.

*Mestre e doutorando em História (UPF), bolsista FUPF.

A pequena expedição de Alcock não foi exatamente o acontecimento mais importante no Japão em 1860. Naquele momento, o país encontrava-se no período conhecido retrospectivamente como bakumatsu (final do xogunato), época iniciada em 1853, com a abertura forçada ao comércio e relações exteriores realizada pelo americano Matthew Perry e seus “navios negros”. Antes da chegada de Perry, o Japão possuía uma estrutura de poder complexa; em tese, todo o arquipélago era governado pelo imperador ou, como os próprios japoneses o denominam, tennô, “soberano celestial”, descendente direto da deusa-sol Amaterasu. Na realidade, há séculos os imperadores não possuíam poder efetivo. No final do primeiro milênio, a corte ficou cada vez mais fraca diante das províncias, perdendo o controle sobre os chefes locais, militarizados e com exércitos de samurais, ou “servidores”, à sua disposição.

No final do século 12, uma das facções provinciais, o clã Minamoto, conseguiu se sobrepôr às demais e passou a governar o Japão. O imperador e sua corte em Kyoto não foram mortos, exilados ou depostos; ao invés disso, serviram de fonte de legitimidade para o novo regime, concedendo títulos e funções ao chefe dos Minamoto e seus sucessores. Os líderes militares exerciam sua autoridade em nome do imperador, quisesse este ou não. Entre os títulos do novo governante estava o de xogum, ou sei-i tai shogun, “grande general subjuguador dos bárbaros”, antigamente concedido aos comandantes das tropas imperiais em guerras de fronteira. Desse título veio o termo pelo qual o regime dos chefes guerreiros ficou conhecido, xogunato.

O terceiro e último xogunato foi exercido pela família Tokugawa, responsável por consolidar a reunificação nipônica após um período de guerras civis. O xogunato Tokugawa durou entre 1603 e 1868 e foi a era de paz mais longa que o país conheceu, não havendo conflitos significativos depois de suas primeiras décadas – em parte pelo desarmamento de todos que não pertencessem à classe hereditária dos samurais, e em parte pela política de conciliação entre o governo central e os daimiôs, ou chefes regionais, que preservaram uma considerável autonomia no interior de seus domínios. Juntamente com a paz, houve também uma fase de desenvolvimento social e cultural. As cidades cresceram, especialmente a capital dos xoguns, Edo (atual Tóquio), que por volta de 1720 era uma das maiores cidades do mundo, com mais de um milhão de habitantes¹. Para satisfazer as necessidades da população urbana em crescimento, desenvolveram-se o teatro, a literatura, a pintura e outras artes. Muito das novas artes se devia aos samurais, que com o final das guerras foram incorporados ao governo como burocratas e administradores. Apesar da contínua adesão aos valores e à honra do guerreiro, os samurais da era Tokugawa tinham poucas oportunidades de exercitar seu lado

marcial. Longe de serem os combatentes invencíveis que se poderia imaginar, a maior parte deles eram pequenos funcionários públicos que jamais haviam matado alguém e, ainda por cima, afundados em dívidas com comerciantes, já que sua renda modesta muitas vezes não bastava para propiciar o padrão de vida que se esperava de um samurai.

A diplomacia armada ocidental comprometeu a legitimidade do xogunato, em parte baseada em seu controle das relações exteriores, agora visivelmente fracassado. Nos anos seguintes, os samurais voltaram a pegar em armas, dividindo-se entre partidários e opositores dos Tokugawa e sua política de abertura relutante. Nos primeiros dias de 1868, uma aliança entre os principais líderes regionais e a corte imperial empreendeu a Restauração Meiji, ou restituição do governo ao imperador e a extinção do cargo de xogum. O governo Meiji, após derrotar os simpatizantes do xogunato, deu início a uma rápida industrialização e ocidentalização que em poucas décadas colocaram o Japão na posição de única potência não ocidental do mundo.

Contudo, em 1860 os rumos que o Japão tomaria no futuro próximo eram extremamente incertos. As potências ocidentais buscavam obter tratados mais favoráveis que expandissem a abertura ao comércio, livre circulação de pessoas e propagação do cristianismo. O governo Tokugawa tentava equilibrar os interesses estrangeiros e os de seus súditos para escapar aos riscos de invasão ou guerra civil. Por sua vez, a população japonesa, especialmente os líderes provinciais, dividia-se entre manter ou não o apoio a um governo que havia mostrado sua incapacidade de manter os ocidentais à distância. A corte imperial de Kyoto, por muito tempo afastada da política, se consolidava como um foco alternativo de lealdade. Conspirações, assassinatos, reviravoltas políticas e a incerteza quanto ao que estava por vir marcaram o bakumatsu, lembrado pelos japoneses das gerações seguintes como uma época heroica e romântica em que os guerreiros decidiam a validade de suas convicções através da habilidade nas armas².

Em meio ao turbilhão de acontecimentos que se sucediam, um pequeno grupo de ocidentais andando pelo interior do Japão e subindo o monte Fuji não tinha, em si, grande importância. O que torna esse evento digno de atenção são os elementos que colaboraram para sua ocorrência, tanto as circunstâncias imediatas quanto as estruturas mentais e sociais mais profundas dos envolvidos, europeus e japoneses. A decisão de realizar a jornada, a rota a seguir, a redação posterior de um relato e a seleção do que era digno de registrar por escrito foram escolhas tomadas por indivíduos, mas sempre agindo dentro das normas culturais da sociedade a que pertenciam. Isso não significa que a cultura determina as ações individuais; ela poderia antes ser comparada aos alicerces de um prédio, que não determinam a forma final da

construção, mas favorecem algumas possibilidades enquanto dificultam ou excluem outras.

Nas páginas seguintes, veremos os fatores que se entrecruzaram no relato de Alcock. O primeiro fio condutor pelo labirinto será a viagem. Por que ela foi feita?

Conflitos pela abertura

Havia, antes de mais nada, uma disputa política entre Rutherford Alcock, na condição de representante do governo britânico, e as autoridades japonesas. O objeto do cabo de guerra era até que ponto o Japão deveria ser aberto à presença de estrangeiros, ou qual deveria ser a extensão daquilo que Mary Pratt chama de zona de contato: “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”³. O conceito de zona de contato como formulado por Pratt recebeu críticas por ser de limites imprecisos e não levar em conta variações de acordo com o lugar e época⁴; não obstante, ele é de bastante valia para o Japão do bakumatsu, em que a zona de contato era precisamente delimitada e sujeita a disputas em torno de sua ampliação ou redução.

As barreiras erguidas pelo xogunato entre o Japão e grande parte do mundo exterior começaram a ruir em 1853, quando o comodoro Perry, a serviço do governo americano, liderou uma frota de navios rumo à baía de Edo, ignorando solenemente as leis de exclusão do xogunato. Ameaçando usar a força caso não obtivesse um acordo estabelecendo relações entre os dois países, Perry conseguiu o que queria: em março de 1854 foi firmado o Tratado de Paz e Amizade entre Estados Unidos e Japão, ou Tratado de Kanagawa⁵. O acordo abriu os portos de Shimoda e Hakodate para o abastecimento de navios americanos e comércio, permitiu que um cônsul americano residisse em Shimoda e concedeu aos Estados Unidos o tratamento de nação mais favorecida, que se beneficiaria de todas os direitos cedidos a outros países posteriormente. Porém, a abertura de 1854 foi bastante limitada: salvo o cônsul, nenhum americano poderia residir permanentemente no Japão; não era permitido se afastar mais de alguns quilômetros dos dois portos abertos, adquirir bens imóveis ou praticar o cristianismo. Em suma, as relações ali previstas eram ocasionais, em que navios americanos atracariam nos portos abertos, venderiam suas mercadorias e seguiriam viagem.

Em 1858, o cônsul americano Townsend Harris negociou um tratado que expandia consideravelmente a abertura do Japão aos estrangeiros. A situação internacional pesava a seu favor, pois no mesmo ano o governo chinês fora forçado a aceitar um tratado desigual em consequência de sua derrota na Segunda Guerra do Ópio, iniciada quando os europeus se

recusaram a aceitar medidas das autoridades chinesas que impediam o contrabando da droga para seu território. O diplomata americano disse claramente que o presente da China poderia ser o futuro do Japão:

Em 1858, [Harris] palestrou ao rōjū Hotta Masayoshi (1810-1864), por duas horas sobre os perigos do ópio, e relatos de seu monólogo logo vazaram para os daimiôs. Harris argumentou que as potências ocidentais, exceto os Estados Unidos, estavam ansiosas para vender a droga no Japão, especialmente Grã-Bretanha e França, que então estavam lutando a Segunda Guerra do Ópio. Mas, ele garantiu a Hotta, se Edo assinasse antes um acordo comercial formal com ele que explicitamente proibisse a importação de ópio e permitisse a residência de agentes comerciais no Japão, as outras potências mais perigosas teriam que seguir o precedente do tratado americano⁷.

A ameaça contribuiu para estabelecer o Tratado Harris, como ficou conhecido o Tratado de Amizade e Comércio assinado em 29 de julho de 1858. Seus termos eram radicais em comparação com o de 1853; entre as principais mudanças, estavam:

- designação pelo governo americano de um diplomata com direito a residir em Edo e circular livremente no Japão. O governo japonês poderia igualmente enviar um representante a Washington;
- abertura gradual dos portos de Hakodate, Kanagawa (que substituiria Shimoda), Nagasaki, Niigata e Hyogo, e das duas principais cidades comerciais, Edo e Osaka;
- americanos poderiam residir nos portos abertos, adquirir casas neles e praticar livremente qualquer religião;
- os impostos de importação de produtos americanos para o Japão e de exportação de produtos japoneses para os Estados Unidos estavam determinados no tratado, não podendo ser alterados pelo governo;
- concessão de extraterritorialidade aos americanos, que deveriam seguir as leis de seu próprio país e não as locais, com as infrações sendo julgadas por seus tribunais consulares⁸.

O Tratado Harris serviu de modelo para os acordos comerciais que Holanda, Rússia, Grã-Bretanha e França fizeram com o Japão no mesmo ano; como 1858 era o quinto ano da era Ansei no calendário japonês, os cinco pactos também são chamados “tratados de Ansei”⁹. Somados a um sexto, firmado com Portugal em 1860¹⁰, esses documentos determinavam legalmente o âmbito e limites da convivência entre japoneses e ocidentais quando Alcock subiu o monte Fuji: os portos abertos seriam zonas de contato amplas, onde era possível o comércio, o intercâmbio de ideias, o convívio, amigável ou hostil, e o reconhecimento ou estranhamento entre os dois povos. O contato seria possível, mas restrito, em uma zona de alguns quilômetros

ao redor dos portos, na qual se permitia a passagem temporária de estrangeiros, mas não sua residência nem comércio. O restante do Japão estaria aberto apenas aos agentes diplomáticos de cada país, únicos com direito de circular livremente.

A situação de fato era um tanto mais complexa. O xogunato encontrava-se em desvantagem diante das nações industrializadas do Ocidente, mas não foi uma vítima passiva do processo de abertura. Durante as negociações diplomáticas e fora delas, as autoridades japonesas tinham por princípio geral ceder o necessário para manter a paz, mas preservar o quanto possível a estabilidade e visão de mundo anteriores à vinda de Perry. A seguinte passagem da correspondência diplomática de Alcock a seus superiores em Londres em novembro de 1859 mostra, se não exatamente uma análise imparcial ou completa da situação, ao menos a percepção das ambiguidades da presença estrangeira e da reação a ela:

O governo está nas mãos dos daimiôs mais retrógrados e preconceituosos. Apesar de dispostos a manter as aparências, frequentemente eles mal disfarçam o desgosto que têm pelas relações forçadas com as potências estrangeiras e seus súditos – pois essa é a única forma de caracterizá-las com justiça. Não importa que a força não tenha realmente sido empregada; foi a crença no seu poder e disposição de recorrer a ela que contou. Eles não desejam nosso comércio nem tampouco nossa amizade, embora não estejam dispostos a ganhar nossa inimizade ao recusar ambos¹¹.

O principal triunfo do governo japonês foi evitar a abertura de Kanagawa. Essa cidade estava próxima de Edo e, não menos importante, era uma das estações da Tôkaidô, estrada que ligava Edo a Kyoto. A abertura de um porto na principal artéria do país inviabilizaria ao xogunato controlar as relações e o comércio exterior. A saída encontrada foi abrir o porto de Yokohama, pequena aldeia de pescadores do outro lado da baía de Kanagawa, convenientemente afastada da capital e das grandes estradas. Diante dos protestos dos diplomatas ocidentais e acusações de violar os termos dos tratados que abriam Kanagawa, os magistrados responderam que Kanagawa havia sido aberta, já que Yokohama não passava de uma divisão administrativa de Kanagawa. Uma vez que os comerciantes estrangeiros aceitaram as instalações que lhes foram oferecidas em Yokohama, as queixas de Harris, Alcock e outros diplomatas não surtiram efeito¹².

Além de seu sucesso com a resistência passivo-agressiva, o xogunato também conseguiu adiar a abertura de Niigata, Hyogo, Edo e Osaka, ou seja, todas as cidades abertas pelo Tratado Harris exceto Kanagawa/Yokohama. A tática empregada com essa finalidade foi diferente, envolvendo a negociação em duas frentes: os agentes estrangeiros sediados no Japão e seus governos. O envio de missões japonesas ao exterior, o argumento de que a abertura imediata traria instabilidade doméstica e algumas concessões tarifárias combinaram-se para obter o adiamento da abertura até 1868¹³. A exceção parcial foi Edo, onde se instalaram as missões

diplomáticas ocidentais.

Como os casos acima mostram, a assinatura dos tratados de 1858 não encerrou o conflito entre o xogunato e os governos ocidentais em torno da extensão dos contatos permitidos entre seus povos. A jornada de Alcock foi parte desse conflito, uma vez que o diplomata tinha a intenção consciente de fazer valer seu direito de livre circulação pelo território nipônico, como explicitou no relato:

Na verdade, exigiu algum esforço de minha parte enfrentar os problemas inevitáveis e, sem um objetivo político que considere de alguma importância, talvez jamais tivesse começado. Mas estava em questão se a cláusula do tratado que dá direito irrestrito de viagem aos representantes estrangeiros residentes na capital seria, como tantas outras estipulações, considerada letra morta para todos os fins práticos. Até então, nem eu nem meus colegas havíamos encontrado o tempo livre ou a disposição para testar a cláusula na prática e dar-lhe efeito mediante uma expedição. Agentes americanos, holandeses e russos viajaram mais de uma vez pela estrada de Nagasaki ou Hakodate até a capital para realizar negociações, como os holandeses faziam anteriormente para levar tributos. Mas uma jornada rumo ao interior, conduzida com o objetivo expresso de recreação e observação, fora dos caminhos já percorridos, no exercício de um direito acordado, era ainda algo inédito. As dificuldades e obstáculos que encontrei, embora não maiores do que a experiência me levou a esperar, foram muitos e fatigantes¹⁴.

A “jornada rumo ao interior, conduzida com o objetivo expresso de recreação e observação”, era na verdade um ato diplomático de afirmação dos direitos dos representantes estrangeiros e de estabelecimento de um precedente inequívoco. Os governantes do Japão invocaram toda espécie de argumentos a fim de dissuadir Alcock: subir a montanha era uma prática do populacho, indigna de uma pessoa importante como o enviado britânico; a época apropriada para a viagem já havia passado e a subida era perigosa quando a neve se acumulava no monte Fuji; o interior do país era inseguro e havia riscos em se afastar da capital; estava sendo realizado um grande festival que encheria as estradas de bêbados e rufiões¹⁵. Se a intenção de manter Alcock indefinidamente longe da estrada era evidente, nem todos os argumentos eram meros pretextos: o Japão estava realmente inseguro. Em março de 1860, o regente xogunal Ii Naosuke, homem mais importante do governo, foi assassinado em frente aos portões do castelo de Edo. Os assassinos, samurais das províncias de Mito e Satsuma, estavam castigando o “crime” de assinar os tratados de 1858 contra a vontade do imperador e vingando as punições que o regente, em meio aos esforços para centralizar o poder do xogunato, infligira aos daimiões de suas províncias¹⁶. Se o líder do governo não estava a salvo da violência, tampouco estavam os estrangeiros e os japoneses associados a eles, vítimas de alguns atentados¹⁷. O próprio Alcock quase morreu durante um ataque à legação britânica em 1861:

Nos primeiros dois anos [depois de 1858] as vítimas incluíam um oficial naval russo, um capitão mercante holandês, um chinês a serviço dos franceses e um japonês que

trabalhava para o consulado britânico. Em janeiro de 1861, o secretário de Townsend Harris, Heusken, foi assassinado em Edo, um incidente que provocou a retirada temporária dos ministros francês e britânico (mas não Harris) para Yokohama. Em julho houve um ataque noturno à legação britânica em Tôzenji. Laurence Oliphant e outro membro do pessoal foram feridos e vários japoneses, atacantes e guardas, morreram¹⁸.

Não obstante a realidade do perigo, o inglês persistiu até que o governo, desistindo de detê-lo, adotou a política de incentivar a viagem, contribuindo com uma grande escolta que muito provavelmente servia tanto para proteger os europeus quanto para mantê-los sob vigilância:

O governo, declarando temer pela minha segurança em estradas que persistia em considerar perigosas, tornou inevitável a companhia de um certo número de oficiais. Um vice-governador, três ou quatro yakunins (oficiais do governo, com a prerrogativa de usar duas espadas)¹⁹ e, é um claro, um “ôketsuke”²⁰, ou espião, para vigiá-los, ou a mim – mais provavelmente a todos – compunham minha escolta. Por todos eles serem cavalheiros de uma certa dignidade, cada um tinha seus norimons (o palanquim do Japão), com carregadores e criados, bandeira, guarda-sol e lanceiros que, somados a ainda outros, formavam um cortejo de pelo menos cem pessoas, com mais de trinta cavalos²¹.

O direito de livre circulação dos diplomatas foi posto em prática com a viagem, porém, ao menos naquela ocasião, ainda tinha pouco de “livre”, graças aos mais de cem acompanhantes. O cabo de guerra em torno da abertura estava fadado a continuar pelos próximos anos.

A expedição de Rutherford Alcock - e a reação oficial japonesa – foi uma maneira de continuar a política por outros meios. É razoável afirmar que esse foi o seu aspecto principal, mas não o único importante. Contendas diplomáticas ajudam a explicar a realização da viagem, mas pouco dizem sobre a forma específica que ela assumiu. Para isso, é preciso compreender uma característica do século 19: a relação entre viagens e investigação científica.

Exploração e ciência

A motivação primária da jornada de 1860 pode ter sido política, mas muito de seu caráter foi científico. A própria ideia de enviar um relato à Sociedade Geográfica Real (ou RGS, sua sigla em inglês) demonstra a preocupação com a aquisição e circulação de conhecimento, assim como a relação complexa entre a ciência e o imperialismo durante o século 19. Segundo Alexander Gebara, a Sociedade foi criada em 1830,

Em uma reunião presidida por John Barrow, que ocupava então o cargo de Segundo Secretário Permanente do Almirantado. O fato de Barrow ter presidido esta reunião pode ser considerado como indicativo da forte influência exercida sobre a sociedade por parte de uma estrutura ligada ao governo inglês. [...] Boa parte dos sócios e, principalmente, dos membros do conselho [nos primeiros anos] eram também oficiais da marinha britânica²².

A proximidade com o governo está declarada no nome da organização, “Real” por contar com o apoio da Coroa. Já no primeiro número de seu Journal, a lista de membros era encabeçada pelo patrono real: “His Sacred Majesty KING WILLIAM IV” [Sua Majestade Sagrada, REI GUILHERME IV]²³. A ligação ocorria também na pesquisa produzida pela Sociedade:

Desde o começo, os cartógrafos, oficiais militares, administradores coloniais, cientistas, políticos, diplomatas e viajantes que administraram a RGS conectaram explicitamente as atividades da Sociedade com os negócios imperiais. A maioria dos primeiros artigos eram provenientes do Almirantado e do Colonial, Foreign e Indian Offices²⁴. [...] A geografia na RGS era concebida e praticada em uma matriz ideológica e institucional que combinava os objetivos da ciência e da nação com os aspectos práticos da dominação imperial²⁵.

De 1850 a 1871 a RGS teve sua fase de maior aproximação com o imperialismo inglês sob a liderança de sir Roderick Murchison, patriota imperialista e defensor da geografia como ciência capaz de produzir dados úteis aos interesses nacionais²⁶. Expedições científicas mapearam territórios e recursos das regiões coloniais, como Canadá e Austrália, ou que viriam a ser colônias pouco mais tarde, caso da África oriental. A relação era de eficiente simbiose: o império possibilitava as investigações de cientistas e exploradores, que em troca obtinham conhecimentos sobre novas áreas a serem controladas. O império britânico apoiava e era apoiado pela RGS e outras sociedades eruditas, enquanto as demais potências europeias mantinham suas próprias organizações equivalentes – a Société de Géographie de Paris, por exemplo, surgiu em 1821²⁷.

É evidente que a existência de conexões entre a exploração geográfica e científica e o colonialismo não significa que todo cientista ou explorador proveniente das grandes potências fosse um arauto voluntário da expansão imperial. Muitos certamente eram, mas sem dúvida a maioria ocupava uma posição mais ambígua, tendo como meta maior o avanço do saber enquanto eram beneficiários de um sistema no qual conhecimento era, literalmente, poder. Alguns dos mais importantes personagens oitocentistas resistem a uma rotulação simples; tal é o caso, entre outros, de Richard Francis Burton (1821-1890). Viajante, etnógrafo, linguista e autor prolífico, Burton tornou acessível ao público leitor inglês os relatos de suas muitas andanças, inclusive pela então recém-conquistada região indiana do Sind, Arábia (onde visitou as cidades sagradas de Meca e Medina disfarçado de muçulmano) e leste da África, tendo sido um dos descobridores da nascente do Nilo, região que pouco mais tarde passou ao controle inglês. Teve ainda participação militar na Guerra da Crimeia e passou grande parte da vida a serviço do governo como cônsul. Por outro lado, ele era um estranho em sua própria cultura, sempre mais interessado em conhecer novos lugares do que em ficar na Inglaterra vitoriana, cristã e moralista, onde não se encaixava por ser irreligioso, defensor da superioridade do Islã

sobre o cristianismo e adversário da moral puritana, propondo a discussão aberta sobre sexualidade e outros temas considerados tabu. Sua tradução das Mil e uma noites continha um linguajar bastante liberal e, entre os apêndices que contextualizavam a obra, havia um sobre a história da homossexualidade - foi um escândalo, mas os livros ficaram esgotados, enquanto uma versão censurada publicada depois por sua esposa Isabel vendeu muito menos. Uma pessoa complexa como Burton, ao mesmo tempo participante ativo do processo de conquistas britânicas e crítico feroz de sua sociedade, ajuda a lembrar que os sujeitos de carne e osso raras vezes se adequam por inteiro aos rótulos que lhes damos²⁸.

Como visto, as motivações potenciais para Rutherford Alcock fazer uma pequena expedição científica ao invés de um simples passeio turístico eram várias: o avanço do conhecimento, o prestígio da contribuição para uma sociedade importante e o interesse imperial-patriótico em espionar a situação e recursos do Japão, o que poderia, eventualmente, trazer benefícios ao governo ou aos comerciantes britânicos. Saber com mais precisão o quanto cada elemento pesou em seu cálculo talvez seja impossível, mas pode-se considerar que Alcock, como um cavalheiro britânico, estava ciente dos benefícios de colaborar para a RGS com um artigo sobre um país então pouco conhecido. Ele certamente hábil ao construir sua reputação acadêmica e ascender na hierarquia social: um relato da trajetória dos primeiros anos da Sociedade Geográfica menciona que sir Rutherford Alcock foi seu presidente de 1876 a 1878²⁹.

O interesse nacional também deve ter merecido consideração. Sabe-se que Alcock promovia o poderio inglês por quaisquer meios necessários, marcando sua carreira no serviço exterior como um adepto da diplomacia das canhoneiras. Auslin comenta o início de sua atuação no Japão em 1859:

Por mais de vinte e cinco anos ele expandira com sucesso a influência britânica na China, frequentemente através da ameaça, e às vezes o uso, da força. Em seus olhos, os japoneses não eram diferentes dos chineses e seria preciso lidar com eles do mesmo modo. Um produto da costa chinesa, ele tinha pouca fé na honestidade “oriental” e preferia as canhoneiras como meio de negociação³⁰.

Alguns anos mais tarde, Alcock teve a chance de empregar as canhoneiras. Em 1863, o governo provincial de Chôshû, então controlado por uma facção hostil aos ocidentais, começou a atacar as embarcações estrangeiras que passassem pelo estreito de Shimonoseki, ponto crucial na navegação pelas ilhas japonesas. Os ataques eram em obediência a um decreto imperial de expulsão dos estrangeiros com que o xogunato havia relutantemente concordado e em seguida ignorado – os samurais de Chôshû foram os únicos no país a tentar colocar em prática a ordem imperial³¹. No ano seguinte, com o estreito ainda fechado, Alcock obteve o apoio dos representantes dos Estados Unidos, Holanda e França e mandou os navios disponíveis

bombardearem as fortificações e baterias de Shimonoseki. Em termos militares, a ação foi um sucesso – o estreito foi reaberto e as baixas dos dois lados foram mínimas. O ataque a Shimonoseki também alterou os rumos da política japonesa: a demonstração da superioridade bélica ocidental colocou no poder em Chôshû um grupo mais favorável ao Ocidente e ajudou a mudar a orientação desse importante domínio de *sonnô jôi* (glória ao imperador e expulsão dos bárbaros) para *tôbaku* (derrubada do xogunato)³². Mas o diplomata inglês não foi parabenizado pela vitória: por ter recorrido à força sem autorização de Londres, Alcock perdeu seu posto no Japão e precisou voltar à Inglaterra e prestar contas de seus atos³³. Anos depois, publicou o livro *Art and art industries in Japan* [Arte e indústrias artísticas no Japão], que colaborou para a divulgação da arte japonesa no Ocidente – um sinal de que mesmo o diplomata das canhoneiras pode ter adquirido alguma estima pelo Japão³⁴.

Voltemos à viagem pelo interior em 1860, quando a crise de Shimonoseki ainda estava por acontecer. Como visto, existiam diversos motivos possíveis para que Alcock e seu grupo somassem aspectos científicos em uma jornada motivada pela política. O que isso significava em termos práticos? Que formas de conhecimento eram consideradas merecedoras de investigação e registro?

Geografia e outros saberes

Os exploradores do século 19 precisavam de uma ampla gama de habilidades se esperavam ter sucesso: “líder, emissário, desbravador, caçador, observador, colecionador, escritor, cartógrafo e muitas vezes também artista”³⁵. Alcock estava em condições mais favoráveis que a média, tendo relações bem estabelecidas com o governo japonês e percorrendo a maior estrada do país, e não uma região inóspita. Não obstante, os assuntos tratados em seu artigo eram os mais diversos, nem todos relativos à sua expedição, embora sempre dentro do âmbito daquilo que poderia ser do interesse de seus leitores. O texto inicia por uma síntese da história e configuração política do Japão, como Alcock os entendia, e inclui comentários de clara relevância econômica sobre a mineração de chumbo (baseada em outra viagem do autor a Hakodate), a qualidade do carvão local (fazendo menção à opinião do tenente Robinson da Marinha Indiana, participante da sua expedição) e a situação do comércio em Yokohama que, para salvar as aparências, ele constantemente chama de Kanagawa³⁶.

As observações feitas durante a viagem propriamente dita podem, em sua maioria, ser classificadas em três categorias: geográficas, botânicas e etnográficas. Alcock não precisou agir sozinho: o tenente Robinson providenciou instrumentos científicos, inclusive o termômetro

usado para estimar a altitude com base no ponto de ebulição da água. Suas medições nem sempre se revelaram corretas, e ele calculou que o monte Fuji fosse 500 metros mais alto do que na realidade. Robinson provavelmente também foi responsável pelos cálculos de distâncias e coordenadas mencionados no relato e pela adaptação de um mapa japonês para mostrar o itinerário aos leitores. Outro membro do grupo, o sr. Veitch, tinha conhecimentos de botânica e cuidou da catalogação das espécies encontradas e coleta de espécimes.

Por Alcock não ser um antropólogo ou etnógrafo, exceto na medida em que todo viajante o é, seus comentários acerca dos japoneses estão mais para anotações assistemáticas feitas por um observador inteligente, mas nem sempre a par de todos os fatos, do que para a etnografia propriamente dita. Ele mesmo não se descreve como etnógrafo, dizendo apenas que o Japão apresenta muito de interessante a um “estudante da vida e costumes”³⁷. A vida e costumes que lhe interessavam eram múltiplos: a configuração das pousadas, os pequenos jardins imitando a natureza, as casas de banho, a manufatura do papel, as casas, alimentação e vestuário do povo, entre outros aspectos. Merece especial atenção sua análise da estabilidade do país: a seu ver, o Japão não apresentara progresso nos últimos séculos. Contudo, isso não se confundia com estagnação ou decadência, sendo antes a consolidação de uma sociedade harmoniosa e livre da miséria:

A maior maravilha de todas, talvez, é o fato de esse povo, que deveria estar afundando perceptivelmente na escala das nações [por sua frugalidade], não estar seguindo esse caminho. Desde que Kaempfer³⁸ escreveu sobre eles com tantas minúcias e fidelidade, há 270 anos, não há sinal ou sintoma de decadência ou retrocesso. [...] Será que descobriram o segredo, mais impossível que a pedra filosofal, de como ficarem parados sem deteriorarem como nação – nem avançando em uma linha perigosa de progresso nem retrocedendo em um declínio ainda mais perigoso? [...] Desde a época de Taiko Sama³⁹, que morreu em 1590, não se percebem mudanças orgânicas ou fundamentais, exteriores ou interiores, em hábitos de pensamento ou ação – no governo, leis ou instituições – nos costumes ou língua – não, nem no vestuário! E não obstante eles permanecem em pleno vigor. Não há sinais aqui, como em todos os lugares na China, de decadência, desordem e efeminação. [...] Muitos têm pouco mais que o necessário mas, frugais e cuidadosos nas pequenas coisas, os camponeses e agricultores parecem não ter que temer a escassez. Com resultados tão tangíveis diante de nós, aonde quer que vamos, nesta terra de paz – uma aparência de contentamento entre as massas e sinais palpáveis de prosperidade material em toda parte, seja qual for seu credo, política ou economia política – o viajante europeu não pode deixar de sentir que certos resultados foram atingidos por esta distante raça oriental em seu longo isolamento que as nações ocidentais mais avançadas perseguiriam de bom grado se pudessem ver o caminho. Com todas as nossas vantagens – ensinamentos cristãos, cultura intelectual, economia política avançada e grandes estadistas –, continuamos imensuravelmente distantes do fim almejado⁴⁰.

O diplomata apresenta aqui o contraste, muito comum entre seus contemporâneos, entre um Ocidente dinâmico e um Oriente estático mas, curiosamente, inverte os sinais a favor dos japoneses (não dos chineses): uma sociedade sem progresso ou decadência, com um padrão

satisfatório de vida, era uma meta que o Ocidente estava “imensuravelmente distante” de atingir. O seu conhecimento do Japão não era apurado o bastante para perceber que a suposta estabilidade era pouco mais que uma ilusão – mas, se ele viu a utopia que talvez desejasse ver, seria pouco razoável exigir um olhar aprofundado de um viajante que realizava sua primeira jornada pelo interior nipônico e tinha sua mobilidade restrita e vigiada pelas autoridades locais.

A verdade é que o Japão do bakumatsu era muito diferente daquele do início da hegemonia dos Tokugawa. Dois séculos e meio de paz transformaram os samurais de guerreiros em burocratas e administradores com formação confucionista, que dificilmente encontravam ocasião de colocar em prática seu treinamento marcial. A obrigação imposta aos daimiôs de passar um a cada dois anos em Edo favoreceu o desenvolvimento de uma cultura nacional comum às elites. Osaka e Kyoto tornaram-se metrópoles comerciais, abrigando uma classe mercantil afastada do poder político, mas de crescente importância econômica, de cujos empréstimos dependia a manutenção do padrão de vida de inúmeros samurais endividados. Edo e outros centros urbanos cresceram e em seu interior floresceu uma cultura de massas: poemas curtos (o haikai), obras literárias sobre a vida urbana, estampas vendidas em grandes quantidades e teatro⁴¹. No campo, o desenvolvimento da economia de mercado teve por consequências o aumento da desigualdade social entre os camponeses e uma quantidade cada vez maior de protestos, estudados por Stephen Vlastos:

Os maiores e mais violentos movimentos camponeses ocorreram em distritos sericultores como Shindatsu, onde [...] a produção voltada para o mercado, centrada na criação do bicho-da-seda, havia suplantado um modo de produção mais voltado para a subsistência. Nessas aldeias até os pequenos agricultores dependiam do mercado para obter comida. Por terem propriedades pequenas, eles compravam muito de seu alimento com o dinheiro obtido através da venda de seda e bichos-da-seda. Quando sucessivas colheitas ruins, especulação pelos comerciantes e acumulação pelos camponeses ricos provocavam aumentos astronômicos no preço do arroz, os pobres passavam fome. Confrontados com uma “crise de subsistência” induzida pelo mercado, os camponeses protestavam: exigiam que o governo estabelecesse preços baixos e obrigavam comerciantes e camponeses ricos que estocavam arroz a fazer “doações” necessárias para “salvar os necessitados”⁴².

Considerações Finais

O Japão pouco tinha de estático, nem tampouco era tão harmonioso quanto Alcock acreditava. Não obstante, pequenas viagens e olhares parciais como o dele forneceram informações iniciais que, posteriormente corrigidas e aprofundadas por novas gerações de estudiosos, estrangeiros ou não, contribuíram para o melhor conhecimento da história e cultura japonesas (e, na mesma medida, para o da cultura dos próprios viajantes e observadores). É importante lembrar as circunstâncias complexas por trás do relato de Alcock e outros

semelhantes, e que ali, como tão frequentemente acontece, saber e poder estavam inseparavelmente unidos. Por outro lado, apesar de suas origens pouco nobres, essas fontes são extremamente úteis, mesmo (e especialmente) quando usadas para propósitos que provavelmente teriam surpreendido seus autores.

Para o pesquisador moderno, os relatos de viagem deixam evidente um fato do qual muitos dos viajantes deviam estar plenamente cientes: nenhuma viagem é apenas uma viagem. Como espero ter mostrado através da expedição de Rutherford Alcock, viagens são boas para pensar e oferecem uma vasta gama de perspectivas de análise: podem ser fatos científicos, políticos, culturais, exposições de poder, momentos de encontro intercultural e de convivência com o Outro, e ainda outras mais. Os viajantes de outrora ainda têm muito o que dizer sobre si mesmos e suas vivências, se soubermos fazer as perguntas certas.

Referências

- ALCOCK, Rutherford. Narrative of a Journey in the Interior of Japan, Ascent of Fusi-yama, and Visit to the Hot Sulphur-Baths of Atami, in 1860. **Journal of the Royal Geographical Society of London**. London: v. 31, p. 321-356, 1861.
- _____. **Art and art industries in Japan**. London: Virtue and Co., 1878.
- AUSLIN, Michael. **Negotiating with imperialism: The Unequal Treaties and the Culture of Japanese Diplomacy**. Lexington: Harvard University Press, 2004.
- BEASLEY, W. G. **The Meiji Restoration**. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- BODART BAILEY, Beatrice. Kaempfer Restor'd. **Monumenta Nipponica**. Tokyo, v. 43, n. 1, p. 1- 33, 1988.
- D'ALESSANDRO, Cristina. Un regard sur la géographie coloniale française. **Annales de Géographie**. Paris, v. 112, n. 631, p. 306-315, 2003.
- GEARA, Alexsander. **A África de Richard Francis Burton: Antropologia, política e livre-comércio, 1861-1865**. São Paulo: Alameda, 2010.
- GREAT BRITAIN. **Correspondence with Her Majesty's envoy extraordinary and minister plenipotentiary in Japan**. London: Harrison and Sons, 1860.
- HESELINK, Reinier H. The Assassination of Henry Heusken. **Monumenta Nipponica**. Tokyo, v. 49, n. 3, p. 331- 351, 1994.
- JANSEN, Marius B. **The making of modern Japan**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- JAPAN KAIJÔ GIJUTSU ANZENKYOKU. **Treaties and conventions concluded between Japan and foreign nations, together with notifications & regulations made from time to time: 1854-1870**. Yokohama: Daily Japan Herald Office, 1871.
- LINDSAY, Claire. Beyond Imperial Eyes. In: EDWARDS, Justin D.; GRAULUND, Rune (eds.). **Postcolonial travel writing: critical explorations**. London: Palgrave Macmillan, p. 17-35, 2011.
- LOVELL, Mary S. **A Rage to Live: A biography of Richard and Isabel Burton**. New York: W. W. Norton & Company, 1998.
- MARKHAM, Clements R. **The fifty years' work of the Royal Geographical Society**. New York: Cambridge University Press, 2009 [1881].
- MIYAUCHI, D. Y. Yokoi Shôn'an's Response to the Foreign Intervention in Late Tokugawa

Japan, 1853-1862. **Modern Asian Studies**. Cambridge, v. 4, n. 3, p. 269-290, 1970.

NAKAI Nobuhiko; McCLAIN, James L. Commercial change and urban growth in early modern Japan. In: HALL, John Whitney (ed.). **The Cambridge history of Japan** v. 4: Early Modern Japan. Cambridge: Cambridge University Press, p. 519-295, 1991.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

REICHERT, Emmanuel. **Um só mundo: estudos de história global**. São Borja: Editora Faith, 2012.

ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY OF LONDON. Members of the Royal Geographical Society. *Journal of the Royal Geographical Society of London*. London: v. 1, p. xiii-xx, 1831.

STAFFORD, Robert A. Scientific Exploration and Empire. In: PORTER, Andrew (ed.). **The Oxford History of the British Empire**, v. 3: The Nineteenth Century. Oxford: Oxford University Press, p. 294-319, 2009.

TOTMAN, Conrad. From Sakoku to Kaikoku. The Transformation of Foreign Policy Attitudes, 1853-1868. **Monumenta Nipponica**. Tokyo, v. 35, n. 1, p. 1- 19, 1980.

VLASTOS, Stephen. **Peasant Protests and Uprisings in Tokugawa Japan**. Berkeley: University of California Press, 1986.

WAKABAYASHI, Bob Tadashi. Opium, Expulsion, Sovereignty: China's Lessons for Bakumatsu Japan. **Monumenta Nipponica**. Tokyo, v. 47, n. 1, p. 1-25, 1992.

Notas

- ¹A grande população de Edo se devia em grande parte à medida do governo de obrigar os daimiôs a passarem parte do tempo na capital, enquanto suas famílias deveriam residir ali permanentemente. Como resultado, a cidade se transformou em um centro de consumo propício para os empreendedores: “mercadores, artesãos e construtores fluíram para a cidade em resposta às oportunidades de trabalho, e quando essa fase de crescimento rápido se esgotou, na década de 1720, a população de mercadores e artesãos em Edo certamente estava acima de meio milhão, e a população total da cidade superava tranquilamente um milhão de pessoas”. NAKAI Nobuhiko; McCLAIN, James L. Commercial change and urban growth in early modern Japan. In: HALL, John Whitney (ed.). *The Cambridge history of Japan* v. 4: Early Modern Japan. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 565.
- ²Os japoneses veem heróis nos dois lados do conflito, como Sakamoto Ryôma, articulador da aliança Satsuma-Chôshû, e o Shinsengumi, tropa especial do xogunato para o policiamento de Kyoto. Trata-se de um aspecto do fenômeno mais amplo da romantização dos samurais e seus padrões de conduta (o *bushidô*, caminho do guerreiro), vasto demais para ser tratado aqui. Basta dizer que o samurai é um pouco como o gaúcho: uma figura não totalmente inventada, mas lembrada de forma seletiva e idealizada, sendo que não muitos membros de quaisquer desses grupos viviam sempre à altura das virtudes quase sobre-humanas que a tradição lhes atribui.
- ³PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 27.
- ⁴LINDSAY, Claire. Beyond Imperial Eyes. In: EDWARDS, Justin D.; GRAULUND, Rune (eds.). *Postcolonial travel writing: critical explorations*. London: Palgrave Macmillan, p. 17-35, 2011.
- ⁵REICHERT, Emmanuel. *Um só mundo: estudos de história global*. São Borja: Editora Faith, 2012, p. 77-80.
- ⁶Ministro ou membro do Conselho de Anciões, responsável por grande parte das funções de governo, incluindo relações exteriores, durante o xogunato Tokugawa. Seus membros em geral eram daimiôs eminentes com experiência administrativa. JANSEN, Marius B. *The making of modern Japan*. Cambridge: Harvard University Press, 2000, p. 47-49.
- ⁷WAKABAYASHI, Bob Tadashi. Opium, Expulsion, Sovereignty: China's Lessons for Bakumatsu Japan. *Monumenta Nipponica*. Tokyo, v. 47, n. 1, 1992, p. 18.
- ⁸O texto integral do tratado encontra-se em: JAPAN KAIJÔ GIJUTSU ANZENKYOKU. *Treaties and conventions concluded between Japan and foreign nations, together with notifications & regulations made from time to time: 1854-1870*. Yokohama: Daily Japan Herald Office, 1871, p. 31-39.
- ⁹AUSLIN, Michael. *Negotiating with imperialism: The Unequal Treaties and the Culture of Japanese Diplomacy*. Lexington: Harvard University Press, 2004, p. 1, 47-49.
- ¹⁰REICHERT, op. cit., p. 65-68.
- ¹¹GREAT BRITAIN. *Correspondence with Her Majesty's envoy extraordinary and minister plenipotentiary in Japan*. London: Harrison and Sons, 1860, p. 78.

¹²AUSLIN, op. cit., p. 34-60.

¹³Ibid., p. 61-86.

¹⁴ALCOCK, Rutherford. Narrative of a Journey in the Interior of Japan, Ascent of Fusi-yama, and Visit to the Hot Sulphur-Baths of Atami, in 1860. *Journal of the Royal Geographical Society of London*. London: v. 31, 1861, p. 329.

¹⁵Ibid., p. 326-329.

¹⁶BEASLEY, W. G. *The Meiji Restoration*. Stanford: Stanford University Press, 1972, p. 173.

¹⁷TOTMAN, Conrad. From Sakoku to Kaikoku. The Transformation of Foreign Policy Attitudes, 1853-1868. *Monumenta Nipponica*. Tokyo, v. 35, n. 1, p. 1-19, 1980; MIYAUCHI, D. Y. Yokoi Shōnan's Response to the Foreign Intervention in Late Tokugawa Japan, 1853-1862. *Modern Asian Studies*. Cambridge, v. 4, n. 3, p. 269-290, 1970; HESSELINK, Reinier H. The Assassination of Henry Heusken. *Monumenta Nipponica*. Tokyo, v. 49, n. 3, p. 331-351, 1994.

¹⁸BEASLEY, op. cit., p. 172. Um relato mais pormenorizado, com algumas diferenças quanto ao número de vítimas, em: AUSLIN, op. cit., p. 71-75.

¹⁹Portar duas espadas era prerrogativa da classe samurai durante o período Tokugawa.

²⁰O *metsuke*, literalmente “observador” ou “inspetor”, era uma espécie de corregedor e agente de inteligência encarregado de informar o governo de riscos de subversão política ou religiosa e do bom ou mau funcionamento das administrações locais. *Ômetsuke*, literalmente “grande inspetor”, era um *metsuke* de alto posto. JANSEN, op. cit., p. 49.

²¹ALCOCK, op. cit., p. 328.

²²GEBARA, Alessandra. *A África de Richard Francis Burton: Antropologia, política e livre-comércio, 1861-1865*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 123.

²³ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY OF LONDON. Members of the Royal Geographical Society. *Journal of the Royal Geographical Society of London*. London: v. 1, 1831, p. xiii.

²⁴Órgãos do governo responsáveis pela administração das colônias (*Colonial Office*), relações exteriores (*Foreign Office*) e administração da Índia (*Indian Office*).

²⁵STAFFORD, Robert A. Scientific Exploration and Empire. In: PORTER, Andrew (ed.). *The Oxford History of the British Empire*, v. 3: The Nineteenth Century. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 296.

²⁶Ibid., p. 297-299.

²⁷D'ALESSANDRO, Cristina. Un regard sur la géographie coloniale française. *Annales de Géographie*. Paris, v. 112, n. 631, 2003, p. 308.

²⁸A bibliografia sobre Burton é considerável. O livro de Gebara, mencionado anteriormente, trata de seu envolvimento na África. Das várias biografias, destaca-se: LOVELL, Mary S. *A Rage to Live: A biography of Richard and Isabel Burton*. New York: W. W. Norton & Company, 1998.

²⁹MARKHAM, Clements R. *The fifty years' work of the Royal Geographical Society*. New York: Cambridge University Press, 2009 [1881], p. 55-56.

³⁰AUSLIN, op. cit., p. 56.

³¹CRAIG, op. cit., p. 200.

³²Ibid., p. 234-236.

³³AUSLIN, op. cit., p. 98-117.

³⁴ALCOCK, Rutherford. *Art and art industries in Japan*. London: Virtue and Co., 1878.

³⁵STAFFORD, op. cit., p. 307.

³⁶ALCOCK, Narrative of a Journey, p. 349 (minas de Hakodate), 355 (carvão), 351 (comércio).

³⁷Ibid., p. 321.

³⁸Engelbert Kaempfer (1651-1716), médico alemão que esteve no Japão a serviço da Companhia das Índias Orientais holandesa. Sobre Kaempfer e seu relato, cf. BODART BAILEY, Beatrice. Kaempfer Restor'd. *Monumenta Nipponica*. Tokyo, v. 43, n. 1, p. 1-33, 1988.

³⁹Toyotomi Hideyoshi, um dos três generais reunificadores do Japão após décadas de guerra civil. Foi precedido por Oda Nobunaga e seguido por Tokugawa Ieyasu, fundador do xogunato Tokugawa. Hideyoshi morreu em 1598, não em 1590 como Alcock afirma. *Taikō-sama* era um dos títulos que tinha ao final da vida: regente imperial aposentado.

⁴⁰ALCOCK, op. cit., p. 325-326.

⁴¹Sobre as mudanças no Japão urbano: JANSEN, op. cit., p. 159-186.

⁴²VLASTOS, Stephen. *Peasant Protests and Uprisings in Tokugawa Japan*. Berkeley: University of California Press, 1986, p. 156-157.